



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## CINEMA INFANTIL NACIONAL: O QUE VEJO E PENSO

Marcus Tavares  
(UESB)

### RESUMO

Este presente artigo tem o objetivo de mostrar que enquanto políticas públicas brasileiras voltadas para a produção cinematográfica infantil não saem do papel, as crianças vêm consumindo histórias de outros contextos e realidades. Não que isto seja prejudicial do ponto de vista de constituição de conhecimentos e valores, uma vez que a sétima arte trabalha com arquétipos universais que reforçam ideais positivos. Mas a falta revela um não direito assegurado às crianças, que acabam não tendo acesso a histórias do seu país, de sua cultura local. Vista e entendidas cada vez mais como produtoras de cultura, as crianças, nesta pesquisa exploratória, representada por dois meninos cariocas consumidores de cinema, dizem o que pensam sobre o consumo que fazem da sétima arte.

**PALAVRAS-CHAVE:** Criança. Produção audiovisual. Mídia. Direito.

### INTRODUÇÃO

Na cerimônia da entrega do Oscar 2013, que ocorreu no dia 24 de fevereiro, coube à primeira dama dos EUA, Michelle Obama, anunciar o prêmio de Melhor Filme. Em um vídeo gravado na Casa Branca, Michelle disse que a mensagem dos filmes é "especialmente importante" para os jovens e agradeceu o trabalho de Hollywood por incentivar as crianças "a abrirem sua imaginação", ressaltando o

---

· Doutorando em Educação pela PUC-Rio. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação e Mídia do Departamento de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio. Mestre em Educação pela UniRio. E-mail: marcus.tadeu@uol.com.br.



MUSEU PEDAGÓGICO

ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

poder que a sétima arte tem de ampliar os horizontes e de levar os expectadores a lugares inimagináveis<sup>539</sup>.

Michelle não cometeu gafe alguma: a indústria cinematográfica americana trabalha e investe bilhões de dólares para agradar e conquistar a audiência de crianças e jovens. Não é à toa que dos 100 filmes de maior sucesso de bilheteria da história do cinema norte-americano, 51 foram produzidos com foco no público infanto-juvenil<sup>540</sup>.

Roteiristas, produtores e diretores há muitos anos já descobriram o poder que a linguagem cinematográfica exerce nas crianças e, ao mesmo tempo, o quanto é possível lucrar com tais filmes dentro e fora do país. Afinal, como uma poderosa indústria do entretenimento, o cinema americano, com poucas exceções, domina o mercado internacional das salas de cinema. Aqui no Brasil, em 2012, cerca de 70% dos filmes exibidos eram norte-americanos. Das vinte maiores bilheterias brasileiras do ano passado, 17 eram americanas. Destas, cinco tinham como público alvo a criança, sendo que duas ficaram, respectivamente, em terceiro e quarto lugar no *ranking*<sup>541</sup>.

A historiografia cinematográfica dos EUA não deixa dúvida: produzir cinema para o público infantil, além de contribuir para a constituição de conhecimentos e valores, é uma indústria lucrativa e contribui para o engrandecimento do *soft power* americano.

No mesmo dia da festa do Oscar, o jornal Folha de S. Paulo publicou um artigo da Ministra da Cultura do Brasil, Marta Suplicy, intitulado: O '*soft power*' brasileiro. Nele, a ministra fala que o "Brasil é um país sem poder bélico, mas está descobrindo uma outra forma de inserção no mundo, através das suas ideias,

---

<sup>539</sup> Pronunciamento de Michelle Obama: disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=6f5pLbgPYcc>>. Acesso em 12. Mar. 2013.

<sup>540</sup> Dados do Portal de Cinema. Disponível em <<http://www.portaldecinema.com.br/top10eua.htm>> Acesso em: 17 fev. 2013.

<sup>541</sup> Dados do informe da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Disponível em <<http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/Informes/2012/Informe-anual-2012-preliminar.pdf>> Acesso em: 22 mar. 2013.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

cultura e práticas”. Marta Suplicy cita, inclusive, como uma prática de sucesso a indústria cinematográfica norte-americana, mas afirma que o *soft power* “trata-se, porém, muito mais que cinema, comida ou monumentos. São valores, posições históricas, políticas externas e autoridade moral que, no conjunto, geram admirações e sonhos”. E completa:

Com o mundo em transformação tão rápida, o desejo de desvendar o diferente, a procura do lazer pelos povos mais afluentes, a mobilidade e fome por conhecimento, sobretudo pela juventude, vislumbramos a condição de exercermos importante e decisiva atração no mundo. O Ministério da Cultura estuda os melhores instrumentos para a potencialização desta oportunidade, agora acentuada pelas janelas que serão a Copa e a Olimpíada.

As ideias da atual ministra da Cultura podem ser animadoras, mas indicam que o Brasil ainda está bastante longe de reconhecer, particularmente, o cinema para o público infantil como uma indústria lucrativa e ao mesmo tempo como uma poderosa linguagem audiovisual que possibilita a constituições de conhecimentos e valores. Embora o país tenha desenvolvido, nos últimos anos, políticas públicas voltadas para o cinema e o audiovisual, a partir da criação, em 2001, da Agência Nacional do Cinema (Ancine), não houve nenhuma orientação na produção e ou regulação cinematográfica voltada para as produções infantis, nem por meio das instâncias governamentais nem por meio do mercado.

É fato que o governo brasileiro, ao longo do século XX, desenvolveu projetos, no âmbito de políticas públicas, no sentido de propor e ou estabelecer numa produção de audiovisual que, embora não visassem às crianças como público alvo, acabaram envolvendo as crianças, na condição de estudantes. É possível destacar três grandes momentos neste sentido: a criação do Instituto Nacional do Cinema Educativo (Ince), em 1936; da TV Educativa do Rio de Janeiro, em 1973, que está no bojo da implementação das TVs educativas no país; e da TV Escola,



MUSEU PEDAGÓGICO

ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

implantada em 1996. Mas essas iniciativas tinham apenas o objetivo de utilizar o meio audiovisual como auxílio ao ensino. A meta era contribuir, mais especificamente, com a formação de estudantes e professores. Os dois primeiros tinham como pano de fundo um governo autoritário, ditatorial, que se valia dos meios de comunicação como instrumentos de formação e consolidação de uma identidade nacional condizente com os interesses do Estado, a serviço de seus propósitos políticos e ideológicos (GALVÃO, 2004). Não havia uma intencionalidade em desenvolver, no caso, o cinema infantil como uma indústria cinematográfica em larga escala nem promovê-la como uma real possibilidade, para crianças, de cultura ampla, diversa e instigante.

Com relação ao mercado comercial, o Estado, ao longo do mesmo século XX, também pouco fez como interventor e ou regulador (PIERANTI, 2011) no sentido de promover o cinema infantil. A primeira ação, digamos regulatória e sem nenhuma associação à cinematografia para as crianças, só ocorreu, por exemplo, em 1932, quando o Governo determinou que filmes estrangeiros de longa-metragem fossem exibidos acompanhados de um curta-metragem brasileiro. Em 1939, a legislação foi ampliada, exigindo que cada sala de cinema programasse, ao menos, um curta brasileiro por ano (a chamada cota de tela). Uma ação regulatória praticada até os dias de hoje, mas que só reforça o entendimento de um Estado que reconhece o mercado como hegemônico pela produção estrangeira. A cota de tela tem o objetivo de abrir uma fresta, não de tornar o produto nacional dominante no seu próprio mercado interno (NETO, 2009).

Há quem diga, por outro lado, que o Estado brasileiro assumiu função estratégica no incentivo à produção cinematográfica nacional, sem foco na produção infantil, com a criação da Empresa Brasileira de Filmes e Sociedade Anônima (Embrafilme), que, com recursos públicos, fomentava a produção e a distribuição nacional. Uma vez extinta, a Embrafilme deu passagem às leis de cultura, uma saída encontrada pelo Governo para dizer que promove cultura,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

valoriza a produção nacional e apoia os interesses da iniciativa privada brasileira, leia-se dos conglomerados de comunicação.

(...) é o governo renunciando a uma receita própria em troca da concessão de apoio cultural, cujos benefícios fiscais e de marketing ficam 'gratuitamente' por conta da iniciativa privada. Verdadeira cortesia com o chapéu alheio, sobretudo quando se consideram produtos culturais com clara sobrevida de mercado. E o pior de tudo isso (...) é constatar que o próprio Poder Público vem exercendo concorrência direta na disputa desses recursos de custeio, à medida que, erroneamente, capta recursos do sistema para financiar seus projetos (na maioria das vezes utilizando-se do apelo disfarçado das ONGs). (...) percebe-se que essa legislação também funciona, e muito bem, em absoluta sintonia com a causa própria. (BERTINI, 2008, p.213).

Levantamento de Melo (2002) informa que, de 1908 até 2002, foram produzidos 3.415 longas-metragens brasileiros, mas apenas 2% - cerca de 70 filmes - destinaram-se, de fato, ao público de crianças<sup>542</sup>. Um pouco mais da metade dos filmes, 47 longas<sup>543</sup>, foram assinados pelos *Os Trapalhões*<sup>544</sup>, grupo formado por quatro humoristas que iniciou sua carreira em 1966, na TV Excelsior. Outra parte tem como personagem a apresentadora Xuxa Meneguel; são 18 filmes<sup>545</sup>, sendo cinco em parceria com *Os Trapalhões*. De 2002 a 2012, estudo da Ancine revela que foram realizados 694 longas. Deste total, 29 (4,1%) voltados para o público infantil, sendo que 11 ainda referentes à franquia Xuxa e Os Trapalhões.

---

<sup>542</sup> As duas primeiras produções cinematográficas para crianças são de 1956: *O Saci*, de Rodolfo Nani, inspirada na obra de Monteiro Lobato, e *Sinfonia Amazônica*, primeiro desenho animado brasileiro, que traz influências de Walt Disney.

<sup>543</sup> Disponível em <<http://www.cinepredador.net/2010/04/download-colecao-completa-de-filmes-os.html>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

<sup>544</sup> Quatro filmes da saga *Os Trapalhões* estão na lista dos dez mais vistos na história do cinema brasileiro (de 1970 a 2011). São eles: 5.º lugar - *O Trapalhão nas Minas do Rei Salomão*, de 1977, com 5.786.226 milhões de espectadores; 8.º lugar - *Os Saltimbancos Trapalhões*, de 1981, com 5.218.478 milhões; 9.º lugar - *Os Trapalhões na Guerra dos Planetas*, de 1978, com 5.089.970 milhões; 10.º lugar - *Os Trapalhões na Serra Pelada*, de 1982, com 5.043.350 milhões. Se pegarmos a lista dos 20 mais vistos no período, aparecem 12 filmes. Disponível em <[http://oca.ancine.gov.br/filmes\\_bilheterias.htm](http://oca.ancine.gov.br/filmes_bilheterias.htm)>. Acesso em 15 fev. 2013.

<sup>545</sup> Disponível em <[http://xuxa.globo.com/filmes/veja\\_mais/](http://xuxa.globo.com/filmes/veja_mais/)>. Acesso em 15 fev. 2013.



ISSN: 2175-5493

## X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Comparando os dois momentos (1908 a 2002 e de 2002 a 2012), percebe-se que só nos últimos dez anos produziu-se, para as crianças, quase a metade dos cerca de 70 filmes que o país levou um século para realizar. Um bom caminho? Sim. Mas para alguns especialistas não há muito o que comemorar. Durante o 4º Fórum Pensar a Infância, evento realizado em agosto de 2012, que integra o Festival Internacional de Cinema Infantil, o secretário municipal de Cultura do Rio de Janeiro e presidente da Rio Filme<sup>546</sup>, Sérgio Sá Leitão, disse que “o mercado de cinema está vacilando com a infância”. Segundo ele, o que era ruim ficou ainda pior por conta de duas questões:

Primeiro: o país perdeu, ao longo dos anos, as franquias de sucesso, oriundas da tevê, que garantiam boa bilheteria, como *Os Trapalhões* e *Xuxa*. Segundo: estamos assistindo à chegada dos filmes em 3D. O olhar das crianças está sendo treinado pelas produções estrangeiras neste formato, que não é pensando, nem produzido no Brasil. A indústria brasileira está se abdicando de conquistar corações e mentes das nossas crianças. A indústria audiovisual despreza o público infantil, que representa um terço da bilheteria. Uma saída seria o estabelecimento de cotas. Toda política afirmativa tem caráter pedagógico. Na hora que demarca território, gera demanda<sup>547</sup>.

Um ano antes, a pedido da então secretária da Secretaria do Audiovisual do Ministério Cultura, Ana Paula Dourado, um grupo de treze profissionais de diversas áreas do mercado, mas com foco na infância, consolidou uma proposta de elaboração da política pública de audiovisual para a infância<sup>548</sup>. Entre outros pontos, o documento sugeria: garantir espaço reservado para o cinema infantil nos decretos anuais de cota de tela; criar uma ‘cadeira’ para a infância no Conselho

---

<sup>546</sup>A RioFilme é uma empresa da Prefeitura do Rio de Janeiro, criada em 1992, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura e atua nas áreas de distribuição, apoio à expansão do mercado exibidor, estímulo à formação de público e fomento à produção audiovisual, visando o efetivo desenvolvimento da indústria audiovisual carioca.

<sup>547</sup> Trecho da matéria publicada pela [revistapontocom](http://www.revistapontocom.org.br/materias/forum-pensar-infancia). Disponível em <<http://www.revistapontocom.org.br/materias/forum-pensar-infancia>>. Acesso em: 5 nov. 2012.

<sup>548</sup> Disponível em <http://www.revistapontocom.org.br/materias/em-cartaz-cinema-infantil-nacional>. Acesso em: 12 mar. 2013. Disponível em <http://www.revistapontocom.org.br/materias/propostas-para-o-audiovisual-infantil-do-pais>. Acesso em 12 mar. 2013.



MUSEU PEDAGÓGICO

ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Superior de Cinema e no Conselho Consultivo da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura; e destinar 20% do orçamento voltado para o cinema brasileiro para a produção, distribuição, exibição e preservação de obras audiovisuais infanto-juvenis. O grupo não obteve retorno das sugestões.

Ainda em 2011, outro documento também recomendava um olhar do Estado brasileiro para com o cinema infantil. Durante a realização do seminário *Cinema infantil brasileiro: trajetória e futuro*, que ocorreu na programação do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, foi criada a bancada do cinema infanto-juvenil, com a presença dos cineastas Marcio Curi, Diler Trindade e Pedro Rovai. O texto produzido pelos participantes reivindicava: o estabelecimento de uma cota de 25% dos recursos públicos governamentais aplicados em programas de desenvolvimento do audiovisual para projetos com foco na criança e no adolescente; a defesa, junto à secretaria de comunicação da Presidência da República, que os patrocínios das empresas estatais e de economia mista invistam o mesmo percentual - 25% - em projetos infanto-juvenis; a necessidade de se criar uma política de fomento, via Ancine, para as distribuidoras, incentivando-as e capacitando-as a aplicar recursos na publicidade e distribuição de filmes para crianças, de modo a aumentar a competitividade deles diante da produção importada. Encaminhado ao Ministério da Cultura, o texto não obteve resposta.

Enquanto toda essa discussão acontece, os impasses – que são muitos – não são vencidos e a produção cinematográfica nacional para as crianças fica a cargo do empenho e dedicação de alguns poucos cineastas, que reclamam da falta de uma política pública voltada para a área. Em meio a esta questão, o público de crianças que frequenta as poucas salas de cinema no país consome em sua grande maioria produções norte-americanas.

Neste sentido, tenho me interessado em entender como as atuais gerações avaliam as produções que assistem nos cinemas? Será que as crianças conseguem diferenciar o que é produção nacional de uma estrangeira? Percebem que veem



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

mais cinema estrangeiro do que brasileiro? Como é que se sentem nesta posição de expectadores? Como avaliam esta situação? Embora sejam reconhecidas, hoje, como receptoras e produtoras de cultura (COHN, 2005), quase nunca elas são ouvidas no encaminhamento e decisões de política públicas.

Advogado de formação, José Eduardo Elias Romão, ex-diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça, que ficou responsável pela implementação da Classificação Indicativa dos programas de TV e dos filmes no cinema, em entrevista a esta pesquisa destaca que “não se produz garantia de direitos à revelia daqueles que tiverem seus direitos garantidos, mesmo sendo crianças e adolescentes, que supostamente não têm discernimento para produzir argumentos num curso de processo de elaboração de uma política pública, mas terão meios e modos”.

Cohn (idem) enfatiza que “a diferença entre as crianças e os adultos não é quantitativa, mas qualitativa; a criança não sabe menos, sabe outra coisa” (p.33). Os significados elaborados por elas são diferentes do que os adultos produzem, mas nem por isso são errôneos ou inferiores. Ouvi-las, portanto, é essencial e, talvez, seja necessário para que ajude a mobilizar e sensibilizar os adultos que ocupam cargos-chaves na definição de políticas públicas neste sentido.

E como não se mobilizar e sensibilizar com as falas delas? Este pequeno artigo ouviu duas crianças. As falas coletadas são fruto de uma pesquisa exploratória que objetiva se transformar em tema de estudo desenvolvido junto a um grupo de pesquisa na área de educação e mídia. Foram ouvidos dois meninos cariocas: Artur Melo, 10 anos, aluno da Escola Sá Pereira, morador do bairro de São Cristóvão; e Matheus Tavares, 8 anos, aluno do Liceu de Artes e Ofícios, morador do Centro. Em ambos os casos, as crianças participaram de uma entrevista semi-estruturada, realizada na casa de cada um deles, na presença da mãe. As entrevistas foram vídeo-gravadas com o intuito “de desvendar a complexa rede de produção de significados e sentidos manifestados em palavras, gestos e relações, a





ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

compreender as culturas infantis e a captar a essência das narrativas em jogo” (GARCEZ, DUARTE, EISENBERG, 2011).

Ao entrevistá-los é interessante notar o quanto os dois meninos ficam tensos e nervosos diante da câmera pelo inesperado que possa acontecer e mais ainda pelo silêncio que é imposto para a gravação. Eles perguntam para onde devem olhar, se podem falar com a mãe deles, se devem ficar olhando para o pesquisador, no caso foi o próprio que gravou por meio de tablet. Mas ao mesmo tempo, as duas crianças se mostram à vontade para responder às questões, o que facilita o diálogo. Talvez, o tablet como meio de gravação intimide menos do que uma câmera profissional. Como também não foi utilizado nenhum microfone de mão, boom ou de lapela, as crianças pareciam estar mais livres e confortáveis.

Basicamente, nesta pesquisa exploratória inicial, foram feitas nove perguntas: a) Você gosta de cinema? b) Você vai muito ao cinema? c) Quais foram os melhores filmes que você já assistiu no cinema? d) Esses filmes eram produzidos no Brasil? e) Como você sabe diferenciar um filme brasileiro de um estrangeiro? f) Você gostaria que tivesse mais filme brasileiro infantil do que estrangeiro? g) Por quê? h) Nós podemos fazer alguma coisa para mudar este quadro de falta de filme infantil brasileiro no cinema? i) O que você pode fazer para mudar este cenário atual?

Os dois meninos dizem que gostam muito ao cinema e quase sempre vão com suas respectivas mães. Fica visível que eles fazem um esforço para tentar falar todos os filmes que já viram e gostaram. Conseguem listar uma série de títulos, mas parece que esquecem sempre algum. Ao final da gravação, eles contam que esqueceram um ou outro. Na entrevista eles destacam os seguintes filmes: *Pinguins do Papai*, *Alvin e os esquilos*, *Carros*, *Hulk*, *X-Men*, *Os Vingadores*, *Homem Aranha*, *Madagascar*, *Vovó Zona 3*, *Homem de Pretos*, *King Kong*, *Planeta dos Macacos*, *Hugo Cabret* e *Avatar*.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Como é possível observar, há inclusive longas que não são indicados para a faixa etária deles, mas que, com o consentimento dos pais, foram vistos. Na lista, somente havia um filme nacional: *Tainá*, lembrado por Artur. Os tradicionais *Os Trapalhões* e *Xuxa* não entraram. Os filmes citados pelos dois meninos estão exatamente na lista dos filmes com as maiores bilheterias no país. Não é para menos, o público infanto-juvenil - dos 0 aos 19 anos representa cerca de 33% da população brasileira.

Quando perguntados se saberiam dizer se os filmes eram estrangeiros ou brasileiros, os dois meninos não demoraram muito a responder que achavam que os longas eram estrangeiros. Neste momento, como pesquisador fico surpreso com o fato de eles terem compreendido bem a questão e mais ainda a justificativa que dão para estabelecer a diferença na origem da produção. As falas dos dois meninos revelam o quanto à infância é capaz de apreender, significar e ressignificar símbolos, signos e contextos. Eis as respostas dos dois meninos:

**Artur Melo:** Por exemplo: Sítio do Picapau amarelo. Quando coloco no DVD é só a gente dar play que já vai. E Avatar a gente tem que decidir o idioma e a legenda se não vai ficar em inglês.

**Mateus Tavares:** A gente percebe por aquelas palavras que ficam aparecendo no início e no final do filme.

**Pesquisador:** Aqueles nomes, os nomes dos atores, do elenco...

**Matheus Tavares:** É isso: os créditos. Isso aí.

De posse desta constatação, as duas crianças afirmam que a falta de filmes infantis brasileiros é ruim. Nas palavras de Artur: “É ruim porque eu sou do Brasil. Eu preferia que tivesse filmes do Brasil. Tem, mas são poucos comparados com os dos americanos”. Perguntando se ele pudesse escolher entre os filmes brasileiros e os americanos, Artur não titubeia: “Escolheria os americanos porque têm mais variedade. Eu prefiro os americanos porque eles fazem mais variedade e aí tem um certo que eu escolho. Eu queria que os filmes americanos fossem brasileiros porque eu sou do Brasil”.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Matheus também diz que “não é muito bom só ter filme estrangeiro”. Por quê? Diz que não sabe. “Não sei, mas é bom ter filme nacional”, embora também não se lembre de algum filme nacional exibido no cinema.

Ao perguntá-los, se podemos fazer alguma coisa para mudar o cenário, Matheus olha para a mãe e fica sem saber o que responder. Ela nada diz. Ele então responde que não. Não podemos fazer nada. Já Artur diz, sem parar para pensar que “a gente, eu, por exemplo, não posso fazer nada, mas os políticos podem”. Pergunto ao Artur por que ele lembrou dos políticos. É interessante notar que Artur fica incomodado com a pergunta, dando a impressão que ele não saberia respondê-la. Mais adiante então ele diz: “Por que eles... eu não sei. Tipo, eles, mais ou menos, eles controlam assim. Assim eu acho que eles poderia ajudar nisso. Ele meio que manda assim”.

Em seguida pergunto se ele próprio não poderia fazer nada. Artur responde: “Não. Eu só posso votar num político que acho que vai resolver isso, fazer, meio que mandar as pessoas fazerem filmes assim”.

As crianças têm muito o que dizer e poucas pesquisas vêm dando espaço para que elas possam falar sobre o que consomem, mais especificamente na sala de cinema. Este pequeno trabalho é, na verdade, um esboço de um estudo que merece ser continuado e aprofundado, até mesmo para embasar cada vez mais justificativas em favor de políticas públicas audiovisuais voltadas para a infância. A intenção é defender a ideia de que as crianças têm uma visão do que e sobre o que consomem da sétima arte, que precisa ser entendida e avaliada pelos adultos. Visão carregada de dimensões estéticas e políticas. Ao considerar as crianças do nosso cotidiano como produtoras de cultura, ouvi-las faz parte do processo de reconhecimento de seu lugar e voz, de sua cidadania. Negá-las a escuta e não problematizar com elas este tema é uma forma velada, para não dizer perversa, de reforçar e reiterar que a falta de políticas públicas na área do cinema infantil não é



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

uma questão. Que a falta de filmes que retratem nossa cultura não é um problema e muito menos um direito.

## REFERÊNCIAS

- COHN, Clarice. **Antropologia da Criança**. São Paulo: Jorge Zahar, 2005.
- GALVÃO, Elisandra. **A Ciência vai ao Cinema: uma análise de filmes educativos e de divulgação científica do Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE)**. Dissertação (Mestrado em Educação, Gestão e Difusão em Biociências) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- GARCEZ, Andrea; DUARTE, Rosalia; EISENBERG, Zena. **Produção e análise de vídeo-gravações em pesquisas qualitativas**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 37, n. 2, Aug. 2011.
- MELO, João Bastista. **A tela angelical e cinema infantil**. 2002. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2002.
- PIERANTI, Octavio Penna. **O Estado e as Comunicações no Brasil: Construção e Reconstrução da Administração Pública**. Brasília: Abras/Lecotec, 2011.
- NETO, Arthur Autran Franco de Sá. **O Pensamento industrial cinematográfico brasileiro: ontem e hoje**. Trabalho apresentado no NP de Comunicação Audiovisual do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009.